

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: ESPAÇO DE QUESTIONAMENTO DAS MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS?

DR. MARCELO MORAES E SILVA

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Professor do Departamento de Educação Física e dos Programas de Pós-Graduação em Educação Física e Educação da Universidade Federal do Paraná – UFPR

MS. DANIELE CRISTINA CARQUEIJEIRO DE MEDEIROS

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

DRA. EVELISE AMGARTEN QUITZAU

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Professora do Curso de Licenciatura em Educação Física e do Programa de Mestrado em Educação Física do Centro Regional Litoral Norte da Universidad de la Republica – UDELAR/Paysandú/Uruguai
Pesquisadora Nível 1 do Sistema Nacional de Investigadores da Agencia Nacional de Investigación e Innovación – SNI/ANII/Uruguai

Resumo | Com a redemocratização brasileira a discussão de gênero passou a figurar na agenda pública nacional, fazendo parte também de políticas educacionais. Entretanto, um avanço conservador da sociedade, evidenciado nas eleições de 2018, deixou clara a implantação de um discurso em que uma masculinidade hegemônica se faz presente. Nesse ensaio, procurou-se refletir de que forma a escola e, mais especificamente a Educação Física podem contribuir para problematizar esse discurso. Apesar de estudos apontarem que esses espaços educacionais ainda reproduzem uma masculinidade hegemônica, eles se apresentam como bastiões de discursos que promovem igualdade e respeito às diferenças. Na Educação Física, isso pode ser evidenciado pelo debate em torno das aulas mistas, iniciado na década de 1990.

Palavras-chaves | Gênero; Masculinidade; Educação Física.

SCHOOL PHYSICAL EDUCATION: A PLACE FOR QUESTIONING HEGEMONIC MASCULINITY?

Abstract | The gender debate started to be part of the Brazilian public agenda since the redemocratization of the country, also becoming part of educational policies. However, a conservative breakthrough of the society, as evidenced by the 2018 presidential elections, conveyed the enforcement of a discourse where hegemonic masculinity is clearly present. In this essay, we intended to reflect on the way school, and specifically physical education classes, can contribute to problematize such discourse. Although scholarship that indicate these educational spaces still reproduce a hegemonic masculinity, they are also beacons for discourses promoting equality and respect for differences. This can be evidence in physical education by the debate on mixed gender classes initiated in the 1990s.

Keywords | Gender; Masculinity; Physical Education.

EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR: ¿ESPACIO PARA CUESTIONAMIENTO DE LA MASCULINIDAD HEGEMÓNICA?

Resumen | Con la redemocratización brasileña, la discusión sobre género pasó a figurar en la agenda pública nacional, así como en las políticas educativas. Entretanto, un avance conservador de la sociedad evidenciado por las elecciones de 2018, dejó clara la implementación de un discurso en que la masculinidad hegemónica se hace presente. En este ensayo reflexionamos sobre cómo la escuela, y especialmente la Educación Física, puede contribuir para problematizar este discurso. A pesar de estudios indicaren que estos espacios educativos todavía reproducen una masculinidad hegemónica, ellos se presentan como bastiones de discursos promotores de la igualdad y del respecto por las diferencias. En la educación física eso es evidenciado por el debate sobre las aulas mixtas iniciado en la década de 1990.

Palabras clave | Género; Masculinidad; Educación Física.

INICIANDO A CONVERSA

A partir do processo de redemocratização ocorrido no Brasil, a discussão de gênero adentrou a agenda pública nacional, mostrando-se presente na Constituição Federal de 1988 e nas demais legislações

publicadas nas décadas seguintes, bem como em diversas políticas públicas implementadas no país. No plano educacional, a questão foi incluída nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1998, e em diversos documentos produzidos pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Assim, a temática de gênero se tornou algo que os entes federativos buscaram inserir como um elemento a ser trabalhado nos estabelecimentos de ensino por todo o país.

Cabe destacar que boa parte da sustentação teórica sobre gênero veio do universo acadêmico. Uma série de estudiosos/as começaram a se amparar em tal conceito, produzindo importantes trabalhos sobre a temática, que também se mostraram presentes nas áreas da Educação e da Educação Física. Se, por um lado, a inserção do conceito de gênero se mostrou como um grande avanço nas discussões pedagógicas, por outro passou a ser alvo de críticas dos grupos mais conservadores da sociedade brasileira.

Esse avanço conservador contra as discussões de gênero cresceu consideravelmente na década de 2010. Miguel (2016) argumenta que o fortalecimento público deste discurso possibilitou o surgimento de um movimento, gestado principalmente a partir do Escola sem Partido, que acusa as escolas de realizarem uma “doutrinação ideológica” de cunho marxista, propondo medidas para impedir que docentes exponham em sala de aula posições consideradas impróprias e indevidas. Um dos principais pontos atacados por esses grupos foi relativo àquilo que denominaram de “ideologia de gênero”, definida por autores como Scala (2010) como uma poderosa ferramenta de poder, a ideologia mais radical da história, que busca destruir o ser humano e sua pauta moral em seu núcleo mais íntimo, desmantelando com isso toda a sociedade.

A “ideologia de gênero” adentrou também a pauta das eleições presidenciais de 2018. Gomes e Barduni Filho (2019) destacam que o candidato eleito, Jair Messias Bolsonaro, juntamente com seus filhos, sempre formaram um clã político que emitiu declarações contra grupos minoritários, tendo em seus discursos um forte traço machista e

homofóbico. A campanha presidencial foi repleta de declarações e ações marcadas por uma “masculinidade hegemônica” e contrárias às conquistas advindas de movimentos feministas e LGBTQ+. Após a eleição, o novo presidente iniciou a difusão dessa perspectiva e para isso nomeou como ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, militante religiosa ligada às igrejas neopentecostais, que logo no início do novo governo proferiu a frase: “menino veste azul e menina, rosa”, desconsiderando toda a discussão de gênero produzida e indicando claramente a implantação de uma agenda conservadora no país.

Sendo assim, levanta-se as seguintes questões: como esse novo ordenamento político atinge a Educação Física escolar no Brasil? A Educação Física pode contribuir no questionamento dessa masculinidade hegemônica que chegou aos postos mais altos da república? No intuito de responder estas indagações, este ensaio busca refletir sobre como a problematização do conceito de masculinidade hegemônica pode contribuir na contenção dessa onda conservadora que invadiu a sociedade brasileira e afetou contundentemente o espaço escolar e a disciplina de Educação Física. Para isso, realizou-se uma discussão sobre a questão das masculinidades nos estudos de gênero e uma breve relação da disciplina Educação Física com o tema, para então apontar alguns elementos que possam contribuir para a superação desse preocupante quadro que assola a sociedade brasileira.

AS MASCULINIDADES E O CONCEITO DE GÊNERO

No início do século XXI, autores como Connell (2003) e Oliveira (2004), afirmaram que as masculinidades ainda eram um conceito em construção nos estudos de gênero. Connell (2003) salientava que essa situação se dava pelo caráter secundário delegado aos estudos sobre masculinidades em relação às produções sobre as mulheres - as denominadas feminilidades - e àquelas advindas dos movimentos *gays* e lésbicos. Connell (2003) e Oliveira (2004) apontam que o interesse pela temática dos homens no meio acadêmico tem sua origem na década de 1970,

principalmente pelo crescimento dos estudos sobre os movimentos feministas e *gays* que, na busca da minimização das desigualdades sociais, baseadas na diferenciação entre os sexos e/ou orientação sexual, promoveram profundas reflexões na discussão acadêmica sobre a temática de gênero.

Esta reflexão advinda do feminismo e dos *gays studies* acabou por produzir importantes definições como as de sexo, gênero e sexualidade. Para apresentar tais questões, as definições de Weeks (1999, p.43) são bastantes esclarecedoras: a) sexo é o termo descritivo para as diferenças anatômicas básicas, internas e externas ao corpo, que se vê como diferenciando homens e mulheres; b) gênero é o termo usado para descrever a diferenciação social entre homens e mulheres; c) sexualidade trata-se da descrição geral de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas em relações aos seus desejos e prazeres sexuais.

Scott (1995) afirma que o conceito de “gênero” se tornou uma categoria analítica “útil”, pois oferece um modo de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. O conceito enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado por ele e muito menos determina diretamente a sexualidade. Assim, os estudos de gênero e sexualidade foram produzidos para rejeitar o determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo e/ou diferenciação sexual, desejando acentuar através da linguagem o caráter social das distinções entre os sexos. O objetivo era que o conceito de gênero pudesse ajudar na “desconstrução” do binômio masculino/feminino.

Foi a partir desses conceitos que os estudos sobre as masculinidades se desenvolveram. Essas definições evidenciaram que apenas um tipo de masculinidade era valorizado, a masculinidade hegemônica, que se refere à forma de masculinidade predominante, mais idealizada e valorizada num determinado momento histórico (CONNELL, 1995). Em torno dela se agrupam outros três modelos: a subordinada, a cúmplice e a marginal, definidas pelas relações estabelecidas com as categorias de classe, etnia,

orientações sociais e políticas, pois segundo Connell (1995, p.200) existem “(...) diferentes formas de usar, sentir, e mostrar os corpos masculinos”. As definições do autor evidenciam que a masculinidade não é algo singular, e que quando inserida numa perspectiva de gênero torna-se uma questão muito mais ampla do que apregoam os ditames biológicos e “naturais”.

Connell (1995; 2003) lembra que a tensão iniciada pelo movimento feminista levou muitos homens a um culto da masculinidade hegemônica, ao mesmo tempo em que conduziu outros a apoiar as reformas feministas. Essa tensão não é dissociada da chamada “crise da modernidade”, inclusive sendo denominada por vários teóricos como “crise da masculinidade”. Oliveira (2004) indica que dita “crise” atinge apenas uma pequena parcela de homens dos setores mais intelectualizados e nunca extensíveis a todos os membros do sexo masculino, sendo que a percepção da “crise da masculinidade” entre os membros dos segmentos mais tradicionais, bem como nas camadas menos favorecidas, ocorre através de uma lente bastante pessimista e indignada, ou seja, amparada, muitas vezes, em práticas discursivas que circulam em torno da “masculinidade hegemônica”. Assim, é necessário analisar as relações de poder existentes entre as diferentes masculinidades, separando os variados contextos definidores das identidades tais como os de sexo, classe, etnia, opções sociais e políticas, além das próprias relações de gênero.

Segundo Oliveira (2004) os discursos conservadores sempre aparecem alinhados com os religiosos, ou então, paramentados com uma roupagem mais “moderna”, argumento reiterado por Miguel (2016), Martins (2019) e Nery (2019). O autor salienta que os conservadores assumem a necessidade de encorajamento dos papéis tradicionais, pois os modelos de comportamento prescritos lhes garante a obtenção de uma série de benefícios sociais. Porém, um dos principais pontos levantados pelo autor refere-se ao papel que o cristianismo conservador desempenha na manutenção do ideal moderno de masculinidade:

No Brasil, o reavivamento religioso, trouxe à cena novos agentes interessados em resgatar valores que, segundo sua perspectiva estão em crise. Além das pregações públicas no púlpito, nas rádios por eles dominadas ou nos tele-sermões,

explicita-se toda uma cantilena destinada a restaurar uma presumível perda do poder do homem na sociedade contemporânea. A avalanche no mercado ao mesmo tempo que favorece a emergência das novas igrejas, mas também estiola, esfuma o grande cortejo de concepções tradicionais, dentre as quais o ideal de masculinidade, por meio de vários canais, como a publicidade, que promove a tolerância a outras formas de vivência do prazer e sexualidade não formatada nos moldes cristãos “papai-mamãe”. Isso estimula reações de vários grupos religiosos. Alguns deles tiveram, por exemplo, uma participação importante na formulação da Carta Constitucional (...) Entre tantas lutas salvacionistas, posicionaram-se contra o aborto, contra a homo-orientação (perversão hedionda) e contra o feminismo (que destrói a hierarquia patriarcal), deixando claro seus inimigos: o movimento feminista, o movimento *gay*, a esquerda laica, o humanismo secular, a intelectualidade enosbe, os educadores liberais, os pais liberados e assim por diante (OLIVEIRA, 2004, p.158).

Apesar de publicada em 2004, a passagem continua atual, mostrando que todo o quadro levantado pelo autor no começo do século XXI ganhou força e terreno no cenário nacional, conquistando inclusive o cargo máximo do país, ganhando eleições estaduais e municipais, obtendo importantes ministérios e ampliando suas bases no senado, congresso, assembleias estaduais e câmaras municipais. A “masculinidade hegemônica” apreogada por estes grupos passa a ter acesso a toda a máquina pública no intuito de destruição de outras formas de vida que, a duras penas, haviam conquistado inúmeros direitos desde a década de 1980.

Reflexões como as realizadas acima permitem visualizar que a masculinidade hegemônica é um noção que precisa ser colocada em discussão e deve ser urgentemente problematizada como ferramenta política e educacional, e a Educação Física escolar pode desempenhar um papel no combate a essa onda conservadora.

A ESCOLA, A EDUCAÇÃO FÍSICA E AS MASCULINIDADES

Scharagrodsky e Naradowski (2006) argumentam que a escola é um dos espaços sociais onde os meninos aprendem a reafirmar sua identidade masculina heterossexual como parte de um guia oficial e institucional. Isto se dá a partir de um conjunto de disciplinas que transmitem, distribuem e colocam em circulação a ideia de sexualidade como um aspecto

meramente reprodutivo; além disso, disseminam o conceito de família nuclear tradicional (pai e mãe como as únicas figuras possíveis) e a classificação de esposa e esposo com estatutos diferentes e excludentes em que só o pai cumpre com as três funções básicas que definem a masculinidade hegemônica: procriar, prover e proteger. Os autores apontam também que o currículo é um dos dispositivos que concentra complexas relações entre a cultura e a escola, entre os saberes e as práticas socialmente construídos e os conteúdos escolares, vinculados com certo tipo de masculinidade e feminilidade considerada adequada e verdadeira.

Nesse contexto, a disciplina escolar Educação Física também participou desse projeto de valorização da masculinidade hegemônica (BRITO; LEITE, 2017; BRITO; SANTOS, 2013; MORAES E SILVA, 2008; PRADO; ALTMANN; RIBEIRO, 2016; SCHARAGRODSKY, 2006). Ao indicá-la como um espaço generificante, Moraes e Silva (2012) argumenta que, entre seus conteúdos, tanto a Ginástica como o Esporte desempenharam um papel fundamental nesse quesito.

Pedagogias higiênicas criadas no século XIX (SOARES, 2006), esporte e ginástica visavam um investimento na intimidade dos corpos, assim como na valorização de um discurso em torno da masculinidade hegemônica. Durante o século XX, pode-se observar que o esporte tornou-se também algo separador e sexista, constituindo-se como um território masculino por excelência (MORAES E SILVA, 2012; SABO, 2002; SCHARAGRODSKY, 2006). Segundo Moraes e Silva (2012, p. 351), o esporte se aproxima

[...] a um ritual de confirmação da virilidade e da preservação da matriz hetero. As cerimônias esportivas visam realizar a separação dos meninos das mães, assegurando, assim, uma masculinização progressiva que busca prepará-los para uma inserção na vida adulta, mantendo-os a uma distância segura do universo feminino.

Altmann (2019) lembra que as mulheres que, ao longo da história, se dispuseram a participar de práticas esportivas tiveram que quebrar importantes fronteiras de gênero, pois os códigos dessas práticas se constituíram a partir da masculinidade. Sabo (2002) salienta que a

desvalorização das mulheres no esporte fica evidente no simples fato de que suas práticas frequentemente ensinam os meninos a se considerar superiores às mulheres e a evitar aquilo que a cultura define como atividades ou características femininas. Ironicamente, grande parte da iniciativa de meninos e de homens a se conformarem à masculinidade hegemônica provém nem tanto do desejo de ser viril, mas do medo de ser visto como pouco masculinos e, conseqüentemente, como afeminados.

Nesse sentido, a masculinidade hegemônica se manifesta no mundo esportivo transformando as práticas corporais em um espaço de categorizações, em que corpos masculinos e femininos raramente se misturam. Trata-se de um lócus de afirmação de certos valores masculinos, que, “(...) conforme esta economia da performance coloca o modelo do macho conquistador como ideal corporal, e faz do mundo dos esportes uma espécie de clausura onde se perpetua e se difunde o patrimônio viril” (LIOTARD, 2003, p. 3).

Contudo, a partir do início dos anos 1980 uma nova fase no pensamento pedagógico da Educação Física brasileira permite que suas estruturas sejam colocadas em análise. Soma-se a isso o contato com as produções feministas na década de 1990 (MORAES E SILVA, 2012), que produziu uma primeira literatura que passou a questionar o papel que a disciplina desenvolveu historicamente na conformação de corpos masculinos e femininos.

FINALIZANDO A CONVERSA

A Educação Física, a partir de um contato com produções de gênero e uma mudança de paradigmas, incluiu em suas preocupações questionamentos ligados ao gênero e à produção de masculinidades. Prova disso foi o acentuado debate sobre turmas mistas ou separadas, ocorrido a partir dos anos 1990 (ALTMANN, 2019). A defesa das turmas mistas, tendência que se materializou nos documentos educacionais da disciplina, foi um dos elementos centrais na contribuição da Educação Física a respeito da produção de masculinidades hegemônicas no espaço escolar.

Ainda que o reavivamento do discurso conservador no cenário político brasileiro tenha colocado em xeque as conquistas sociais e acadêmicas obtidas a respeito da temática do gênero nas últimas décadas no país, a escola, e mais especificamente a Educação Física, devem servir como bastiões de discursos que promovam igualdade e respeito às diferenças. Assim, cabe à disciplina combater o retrocesso que assaltou o país e questionar, no espaço das aulas, a masculinidade hegemônica que é simbólica e caricaturalmente representada em importantes figuras da República.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Gênero na educação física escolar: a educação esportiva a partir da produção científica. In: ALMEIDA, F. Q.; LARA, L. M.; WACHS, F. (orgs.). **Democracia e emancipação: desafios para a educação física e ciências do esporte na América Latina**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019, v. 2, p. 94-112.

BRITO, L. T.; SANTOS, M. P. Masculinidades na Educação Física escolar: um estudo sobre os processos de inclusão/exclusão. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 27, n. 2, p. 235-246, 2013.

BRITO, L. T.; LEITE, M. S. Sobre masculinidades na Educação Física escolar: questões teóricas, horizontes políticos. **Práxis Educativa**, v. 12, n. 2, p. 481-500, 2017.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, v.20, n.2, p.185-205, 1995.

CONNELL, R. W. **Masculinidades**. México: UNAM-PUEG, 2003.

GOMES, J. V. L.; BARDUNI FILHO, J. Comportamento político e questão de gênero na eleição presidencial de 2018. **Agenda Política**, v. 7, n. 2, p. 80-107, 2019.

LIOTARD, P. Sport et homophobie. In: TIN, L. **Dictionnaire de l'homophobie**. Paris: Universitaires de France, 2003. p. 383-386.

MARTINS, A. M. **Masculinidades no reino de deus: corpo, gênero e representações sociais de homem entre frequentadores da igreja universal do reino de**

deus. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”-Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MORAES E SILVA, M. **Entre a ilha deserta e o arquipélago**: mapeamentos e cartografias das percepções de professores (as) sobre as masculinidades produzidas nas aulas de Educação Física. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

MORAES E SILVA, M. Escola e educação física: maquinaria disciplinar, biopolítica e generificante. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 34, n. 2, p. 343-357, 2012.

NERY, R. L. **Análise de discurso na rede social**: o programa “Escola Sem Partido” e suas contribuições para a legitimação da masculinidade hegemônica. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2019.

OLIVEIRA, P. P. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

PRADO, V. M.; ALTMANN, H.; RIBEIRO, A. I. M. Condutas Naturalizadas na Educação Física: uma questão de gênero?. **Currículo sem fronteiras**, v. 16, n. 1, p. 59-77, 2016.

SABO, D. O estudo crítico das masculinidades. In: ADELMAN, M.; SILVESTRIN, C. B. (Org.). **Coletânea gênero plural**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. p. 33-46.

SCALA, J. **La ideología del género**: O el género como herramienta de poder. Rosario: Ediciones Logos, 2010.

SCHARAGRODSKY, P. A. Juntos pero no revueltos: la Educación Física mixta en clave de género. In: AISENSTEIN, Â.; SCHARAGRODSKY, P. A. (orgs.). **Trás las huellas de la Educación Física Escolar Argentina**. Cuerpo, género y pedagogia: 1880-1950. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006. p. 295-309.

SCHARAGRODSKY, P. A.; NARODOWSKI, M. Investiação educativa y masculinidades: más allá del feminismo más acá de la testosterona.

In: NARODOWSKI, M.; BRAILOVSKY, D. Dolor de escuela. Buenos Aires: Prometeo, 2006. p. 107- 129.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v.20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOARES, C. L. Pedagogias do corpo: higiene, ginásticas, esporte. In: RAGO, M.; VEIGA NETO, A. (orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 75-85.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 35-82.

Recebido: 11 agosto 2020

Aprovado: 05 novembro 2020

Endereço eletrônico:

Marcelo Moraes e Silva

moraes_marc@yahoo.com.br